18° ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE PAISAGISMO
EM ESCOLAS DE ARQUITETURA E URBANISMO NO BRASIL

BELO HORIZONTE - MG
11 - 14 / AGOSTO

PAISAGENS EM DIÁLOGOS
TERRITÓRIOS, MEMÓRIAS E NATUREZAS

ENEPEA 2026

DA ARTE DA SOBREVIVÊNCIA À REVOLUÇÃO PAISAGÍSTICA

Ensaio sobre Paisagismo e Mudanças Climáticas

ST1 – Paisagens e naturezas

FROM THE ART OF SURVIVAL TO THE LANDSCAPE REVOLUTION

Essay on Landscape Design and Climate Change

ST1 – Landscapes and Natures

MATTOS, Vinicius Ferreira
Professor Adjunto | EBA-UFRJ e MPAP-FAU-UFRJ | Rio de Janeiro, RJ, Br | viniciusmattos@eba.ufrj.br |
ORCID: https://orcid.org/0000-0001-6050-4487

ALBUQUERQUE, Deyvison Sousa
Estudante de Paisagismo | EBA-UFRJ | Rio de Janeiro, RJ, Br | deyvison.alb@ufrj.br |
ORCID: https://orcid.org/0009-0003-7766-1552

RESUMO

Este artigo apresenta um ensaio teórico que discute a redefinição do paisagismo diante da crise climática, da degradação ambiental e da insustentabilidade do modelo urbano-industrial contemporâneo. Parte-se da hipótese de que a paisagem pode ser compreendida como infraestrutura ecológica capaz de orientar a reorganização do espaço antropizado e promover maior resiliência territorial. O trabalho analisa a evolução conceitual do paisagismo, desde sua dimensão estética até sua incorporação como ferramenta de planejamento ambiental, destacando três momentos principais: a emergência de uma sensibilidade ecológica, a consolidação de abordagens baseadas em processos naturais e a formulação do paisagismo como instrumento de adaptação às mudanças climáticas. A noção de "arte da sobrevivência", associada ao paisagismo contemporâneo, é apresentada como síntese dessa transformação, articulando soluções baseadas na natureza, infraestrutura ecológica e reorganização do metabolismo territorial. O artigo dialoga com campos como ecologia política, agroecologia, permacultura e planejamento ambiental, propondo a ideia de uma Revolução Paisagística, na qual a paisagem assume papel estruturador da ocupação humana do território. Por fim, discutem-se implicações para a formação e o ensino do paisagismo, destacando a necessidade de abordagens interdisciplinares e transescalares. Conclui-se que o paisagismo, entendido como arte de sobrevivência, constitui campo estratégico para a adaptação climática e para a construção de territórios mais resilientes, sustentáveis e socialmente justos.

Palavras-chave: Paisagismo, Mudanças Climáticas, Arte da Sobrevivência, Revolução Paisagística.

ABSTRACT

This article presents a theoretical essay that discusses the redefinition of landscape design in the face of the climate crisis, environmental degradation, and the unsustainability of the contemporary urban-industrial model. It is based on the hypothesis that landscape can be understood as ecological infrastructure capable of guiding the reorganization of anthropized space and promoting greater territorial resilience. The study analyzes the conceptual evolution of landscape design, from its aesthetic dimension to its incorporation as an environmental planning tool, highlighting three main moments: the emergence of an ecological sensitivity, the consolidation of approaches based on natural processes, and the formulation of landscape design as an instrument for climate change adaptation.The notion of the "art of survival," associated with contemporary landscape architecture, is presented as a synthesis of this transformation, articulating nature-based solutions, ecological infrastructure, and the reorganization of territorial metabolism. The article engages with fields such as political ecology, agroecology, permaculture, and environmental planning, proposing the idea of a Landscape Revolution, in which landscape assumes a structuring role in human occupation of the territory. Finally, implications for landscape education and training are discussed, emphasizing the need for interdisciplinary and trans-scalar approaches. The paper concludes that landscape design, understood as an art of survival, constitutes a strategic field for climate adaptation and for the construction of more resilient, sustainable, and socially just territories.

Keywords: *Landscape design; Climate change; Art of survival; Landscape revolution.*

1. INTRODUÇÃO

A intensificação das mudanças climáticas, associada à degradação ambiental e à insustentabilidade do modelo urbano-industrial contemporâneo, tem colocado em evidência a necessidade de reavaliar os fundamentos do planejamento do espaço habitado. Nesse contexto, cresce o interesse por abordagens capazes de integrar processos ecológicos, organização territorial e adaptação climática. Entre essas abordagens, o paisagismo vem sendo progressivamente reinterpretado não apenas como prática estética, mas como campo estratégico para a reorganização das relações entre sociedade e natureza. Tal deslocamento conceitual exige uma revisão teórica que reposicione a paisagem como infraestrutura ecológica e como base da habitabilidade humana.

Este trabalho constitui um ensaio teórico que busca discutir os fundamentos do paisagismo contemporâneo à luz da crise socioambiental e climática. O texto parte da hipótese de que o paisagismo pode ser compreendido como uma arte de sobrevivência, capaz de orientar a ocupação humana do espaço antropizado, integrando dimensões ecológicas, sociais e produtivas da paisagem. Nesse sentido, o ensaio propõe articular diferentes contribuições teóricas e práticas que convergem para a centralidade da paisagem no planejamento ambiental e territorial.

O objetivo principal do ensaio é discutir a transição do paisagismo entendido como prática complementar para uma concepção ampliada, na qual a paisagem se torna elemento estruturador da organização do espaço urbano e rural. Para isso, o texto analisa inicialmente o contexto de crises ambientais e urbanas contemporâneas, examina os antecedentes históricos do paisagismo ecológico e apresenta a noção de “arte da sobrevivência”, formulada por Kongjian Yu, como síntese dessa transformação. Em seguida, o ensaio estabelece diálogos com campos como ecologia política, permacultura, planejamento ambiental e soluções baseadas na natureza, propondo a ideia de uma Revolução Paisagística como horizonte conceitual e pedagógico.

Por fim, o trabalho discute implicações para a formação e o ensino do paisagismo, especialmente no contexto dos cursos de arquitetura e urbanismo, nos quais a disciplina frequentemente ocupa posição secundária. Ao explicitar o caráter teórico e exploratório desta reflexão, o ensaio busca contribuir para o debate sobre o papel do paisagismo na adaptação às mudanças climáticas e na construção de territórios mais resilientes, sustentáveis e socialmente justos.

2. CRISES

A contemporaneidade é marcada por uma convergência de crises que articulam mudanças climáticas, degradação ambiental e insustentabilidade urbana. O aquecimento global intensifica eventos extremos, como enchentes, secas prolongadas e ondas de calor, afetando diretamente a habitabilidade das cidades e a estabilidade dos territórios. Esse cenário tem sido amplamente discutido como uma crise civilizatória associada ao modelo de desenvolvimento baseado na exploração intensiva de recursos naturais, na expansão contínua do consumo e no

uso massivo de combustíveis fósseis, elementos que estruturam o regime técnico-energético da modernidade industrial (MOORE, 2015; FOSTER, 2000). Além dos impactos climáticos, essa crise manifesta-se também na perda acelerada da biodiversidade, na degradação dos solos, na contaminação de recursos hídricos e na intensificação de desigualdades socioambientais, configurando um quadro de instabilidade ecológica e territorial que desafia as formas tradicionais de planejamento (IPCC, 2022; ROCKSTRÖM et al., 2009).

Do ponto de vista ecológico, essa crise manifesta-se como uma ruptura metabólica entre sociedade e natureza, resultante da separação entre sistemas produtivos e ciclos ecológicos. Tal processo compromete a biodiversidade, altera o ciclo hidrológico e reduz a capacidade dos ecossistemas de oferecer serviços essenciais à vida humana, como regulação climática, retenção hídrica e fertilidade do solo (MILLENNIUM ECOSYSTEM ASSESSMENT, 2005). A urbanização moderna, por sua vez, intensifica essa ruptura ao substituir sistemas naturais por infraestruturas rígidas, impermeabilizar o solo e canalizar cursos d'água, transformando as cidades em ambientes vulneráveis aos impactos climáticos. Ao desconsiderar a dinâmica dos processos naturais, a cidade moderna rompe a continuidade ecológica da paisagem e amplia riscos ambientais, como enchentes e ilhas de calor (SPIRN, 1984; HOUGH, 1995). Esse processo também contribui para a fragmentação dos ecossistemas e para a perda de conectividade ecológica, reduzindo a resiliência dos territórios frente às perturbações ambientais (FORMAN, 1995).

Além disso, a cidade contemporânea, estruturada pelo modo de produção industrial e pela lógica de acumulação capitalista, apresenta-se como um sistema metabólico altamente dependente de fluxos externos de energia, água, alimentos e matérias-primas. Essa configuração territorial concentra o consumo de recursos e, simultaneamente, intensifica a geração de resíduos e poluentes, ampliando a pressão sobre ecossistemas locais e regionais. Tal dinâmica evidencia que o modelo urbano-industrial dominante possui limites estruturais para alcançar a sustentabilidade, uma vez que sua reprodução depende da expansão contínua dos fluxos materiais e energéticos e da externalização dos impactos ambientais para outras regiões (HARVEY, 1996; SANTOS, 2006; MOORE, 2015). A cidade moderna opera, assim, como um sistema metabólico desequilibrado, cuja manutenção exige a importação constante de recursos e a exportação de impactos, aprofundando desigualdades socioespaciais e fragilizando a base ecológica que sustenta a vida urbana (GIRARDET, 1999; SWYNGEDOUW, 2006).

Nesse contexto, a cidade passa a operar como um sistema aberto e insustentável, que importa recursos em larga escala e exporta impactos socioambientais, aprofundando desigualdades territoriais e vulnerabilidades climáticas. A superação dessa condição exige a reorganização do território com base em processos ecológicos, na redução da dependência de fluxos externos e na integração entre sistemas naturais e formas de ocupação humana. Essa reorganização implica aproximar produção, consumo e ciclos naturais, reduzindo a distância metabólica entre sociedade e natureza e promovendo maior resiliência territorial (ALTIERI, 1995; GLIESSMAN, 2015). Nesse cenário, a paisagem emerge como infraestrutura capaz de articular adaptação climática, regulação ambiental e produção socioecológica, indicando uma mudança de enfoque no planejamento urbano e ambiental. Ao integrar redes ecológicas, sistemas hídricos e paisagens produtivas, o paisagismo oferece bases para reorganizar o espaço antropizado a partir dos processos naturais, contribuindo para a construção de territórios mais resilientes e

adaptativos (FORMAN, 1995; MCHARG, 1969).

3. PAISAGISMO E ANTECEDENTES

Diante das crises climática, ambiental e urbana discutidas anteriormente, torna-se necessário compreender como o campo do paisagismo passou a incorporar progressivamente a dimensão ecológica e, posteriormente, a assumir um papel estratégico na reorganização dos territórios. Neste ensaio, o paisagismo é compreendido não como prática restrita à composição estética de áreas verdes, mas como campo de projeto e planejamento do espaço antropizado orientado pela paisagem. Nessa perspectiva, o paisagismo atua na organização territorial das relações entre sociedade e natureza, integrando infraestrutura hídrica, sistemas vegetados, produção de alimentos, regulação climática e uso social do espaço. Trata-se, portanto, de uma disciplina que opera em múltiplas escalas, do lote ao território regional, articulando dimensões ecológicas, culturais e produtivas da paisagem (MCHARG, 1969; FORMAN, 1995; SPIRN, 1984; YU, 2016). Essa definição amplia a compreensão tradicional do paisagismo, frequentemente reduzido, especialmente no campo da arquitetura, a um componente complementar do projeto edilício. Ao contrário, a perspectiva adotada neste trabalho entende o paisagismo como estrutura primária da ocupação humana do território.

Portanto, a emergência do paisagismo como instrumento de resistência às mudanças climáticas não ocorre de forma repentina, mas resulta de um processo histórico de transformação conceitual que desloca a disciplina de uma prática essencialmente estética para uma abordagem orientada por processos ecológicos e, mais recentemente, para uma atuação voltada à resiliência socioambiental. Esse percurso pode ser compreendido a partir de três momentos principais: o paisagismo como experiência estética com percepção ecológica, o paisagismo orientado pelas dinâmicas naturais e a emergência do paisagismo como ferramenta de enfrentamento da crise climática.

Um primeiro momento dessa trajetória corresponde à incorporação de uma sensibilidade ecológica ao paisagismo ainda fortemente vinculado à experiência estética. Nesse contexto, a obra de Roberto Burle Marx desempenha papel fundamental ao introduzir o uso sistemático de espécies nativas, valorizar a diversidade vegetal e estabelecer relações entre composição paisagística e condições ambientais locais. Ainda que sua abordagem mantivesse forte dimensão artística, sua prática representou uma ruptura com modelos paisagísticos importados e contribuiu para a construção de uma leitura ecológica da paisagem brasileira. Ao reconhecer a vegetação como elemento estruturador e como expressão dos ecossistemas, Burle Marx antecipou uma percepção ecológica no paisagismo, na qual a dimensão estética passa a dialogar com fatores climáticos, edáficos e biogeográficos (TABACOW, 2004; CARDIM, 2022).

Um segundo momento corresponde à consolidação de uma abordagem orientada pelas dinâmicas ecológicas. No Brasil, essa transição é representada pela atuação de Fernando Chacel, que desenvolveu projetos fundamentados na recomposição de ecossistemas e na restauração da paisagem. Sua prática desloca o paisagismo da composição formal para a recuperação funcional, incorporando conceitos como sucessão ecológica, conectividade e

infraestrutura ecológica (CHACEL, 2004; TARDIN, 2008). No plano internacional, essa mudança é reforçada por Ian McHarg, que propõe o planejamento ambiental baseado na análise das aptidões naturais do território, articulando fatores ecológicos, hidrológicos e geomorfológicos como base para o projeto (MCHARG, 1969). De forma complementar, Gilles Clément valoriza os processos espontâneos da vegetação e a capacidade regenerativa dos ecossistemas, defendendo uma prática paisagística que trabalhe com a dinâmica natural em vez de controlá-la rigidamente (CLÉMENT, 2004). Nesse momento, a paisagem passa a ser compreendida como sistema vivo e o paisagismo assume caráter processual, ecológico e adaptativo.

A intensificação das crises socioambientais contemporâneas e a crescente vulnerabilidade das cidades frente às mudanças climáticas ampliam o papel do paisagismo, que passa a ser concebido como infraestrutura estratégica de adaptação e resiliência. Nesse contexto, emerge a noção de paisagem como sistema capaz de absorver riscos ambientais, regular fluxos ecológicos e reorganizar o metabolismo territorial. Essa inflexão conceitual prepara o terreno para a formulação do paisagismo como arte de sobrevivência, tema que será desenvolvido na seção seguinte, na qual a paisagem passa a ser compreendida não apenas como suporte ecológico, mas como instrumento central de resistência às mudanças climáticas (YU, 2006).

4. ARTE DA SOBREVIVÊNCIA

O percurso apresentado nos antecedentes evidencia a progressiva incorporação da dimensão ecológica ao paisagismo, inicialmente como sensibilidade estética, posteriormente como orientação pelos processos naturais e, por fim, como resposta às crises socioambientais contemporâneas. Esse movimento conduz a uma inflexão conceitual decisiva: o paisagismo deixa de ser compreendido como elemento complementar ou secundário à estrutura urbana e passa a ser concebido como componente central para pensar a ocupação humana do espaço habitado. Esse espaço não se limita às cidades, mas abrange o conjunto dos territórios antropizados, incluindo áreas urbanas, periurbanas e rurais, onde se articulam processos produtivos, assentamentos humanos e sistemas ecológicos. Nesse contexto, o paisagismo assume papel estruturante na organização territorial, capaz de integrar dinâmicas naturais e formas de ocupação humana em diferentes escalas. É nesse deslocamento que se insere a noção de “arte da sobrevivência”, formulada por Kongjian Yu.

Para Yu, a crise climática e ambiental revela os limites do modelo de ocupação do território baseado em infraestruturas rígidas e altamente tecnificadas. A engenharia convencional, orientada pela canalização de rios, drenagem acelerada e impermeabilização do solo, produziu cidades mais vulneráveis a enchentes, secas e ilhas de calor e, simultaneamente, promoveu a degradação de paisagens rurais e sistemas ecológicos. Em oposição a esse paradigma, o autor propõe a paisagem como infraestrutura essencial capaz de regular fluxos naturais e garantir a resiliência territorial tanto em áreas urbanas quanto em territórios rurais. Nesse sentido, o paisagismo deixa de ser tratado como embelezamento urbano e passa a desempenhar função estruturante na organização do espaço antropizado e na adaptação às mudanças climáticas (YU, 2006).

Essa mudança implica compreender a paisagem como sistema multifuncional capaz de integrar retenção hídrica, regulação microclimática, conservação da biodiversidade e produção socioecológica. A proposta das chamadas “cidades esponja” exemplifica essa abordagem ao incorporar áreas inundáveis, zonas úmidas e sistemas vegetados como componentes centrais da infraestrutura territorial. Esses elementos permitem absorver e armazenar água, reduzir riscos de inundação e diminuir a dependência de soluções hidráulicas convencionais, demonstrando que a paisagem pode operar como base da segurança hídrica e climática em diferentes contextos do espaço antropizado (YU; PADUA, 2013).

A arte da sobrevivência também implica uma mudança metodológica no projeto paisagístico. Yu defende intervenções que trabalhem com processos naturais, valorizem paisagens ordinárias e utilizem soluções de baixo custo e baixo impacto. Essa abordagem, associada à chamada “Big Foot Revolution”, propõe uma prática paisagística robusta e adaptativa, capaz de transformar riscos ambientais em oportunidades ecológicas e reorganizar o metabolismo territorial. A paisagem passa, assim, a ser concebida como infraestrutura viva, dinâmica e evolutiva, que sustenta a habitabilidade tanto urbana quanto rural frente à instabilidade climática (YU, 2006).

Esse deslocamento conceitual consolida o paisagismo como disciplina estratégica para a sobrevivência dos territórios antropizados, redefinindo o paisagismo como elemento estruturador da ocupação humana. A partir dessa perspectiva, a paisagem torna-se o suporte fundamental para a construção de sistemas resilientes e regenerativos. Essa compreensão abre caminho para o desenvolvimento de conceitos correlatos que articulam a arte da sobrevivência com outros campos da transição socioecológica, tema que será abordado na seção seguinte.

5. DIÁLOGOS

A formulação do paisagismo como arte da sobrevivência, apresentada no item anterior, amplia o papel do paisagismo ao colocá-la como elemento central na organização do espaço antropizado e na adaptação às mudanças climáticas. Essa inflexão conceitual, entretanto, não se constitui de forma isolada. Ao contrário, dialoga com um conjunto mais amplo de campos teóricos e práticos que, nas últimas décadas, têm buscado responder à crise socioambiental contemporânea. A convergência entre essas abordagens evidencia que o paisagismo, entendido como infraestrutura ecológica e estratégia territorial, compartilha fundamentos com perspectivas críticas da economia política, com propostas de transição ecológica e com metodologias de planejamento ambiental baseadas em processos naturais.

Nesse sentido, a ecologia política contribui ao evidenciar que a crise climática não é apenas um fenômeno ambiental, mas resultado de processos históricos de apropriação desigual da natureza e de distribuição desigual dos riscos socioambientais. Ao destacar a relação entre território, poder e metabolismo social, essa abordagem reforça a necessidade de reorganizar o espaço antropizado com base em infraestruturas ecológicas capazes de reduzir vulnerabilidades e promover justiça socioambiental (HARVEY, 1996; FOSTER, 2000). De forma convergente, as perspectivas do pós-desenvolvimento questionam o paradigma do crescimento ilimitado e apontam para modelos territoriais mais autônomos, resilientes e

integrados aos ciclos naturais, nos quais a paisagem assume papel estruturador da reprodução socioecológica (ESCOBAR, 2018; LATOUCHE, 2009).

A noção de transição ecológica também dialoga diretamente com a arte da sobrevivência ao propor a reorganização dos sistemas produtivos e territoriais com base na redução do consumo energético e na regeneração ambiental. Nesse contexto, o planejamento ambiental e a ecologia da paisagem oferecem instrumentos para estruturar redes ecológicas, conectar fragmentos naturais e integrar funções ambientais ao espaço habitado (FORMAN, 1995; MCHARG, 1969). A paisagem passa a ser compreendida como suporte multifuncional capaz de articular regulação climática, retenção hídrica e conservação da biodiversidade.

Os conceitos de serviços ecossistêmicos e soluções baseadas na natureza reforçam essa abordagem ao reconhecer que sistemas naturais podem desempenhar funções essenciais para a adaptação climática e para a habitabilidade dos territórios. Ao substituir infraestruturas rígidas por sistemas ecológicos, essas abordagens convergem com a arte da sobrevivência ao valorizar soluções que trabalham com processos naturais e promovem resiliência territorial (MILLENNIUM ECOSYSTEM ASSESSMENT, 2005; IUCN, 2016).

De forma complementar, a permacultura propõe o desenho de paisagens produtivas baseadas em princípios ecológicos, integrando produção de alimentos, conservação ambiental e organização do espaço habitado. Essa perspectiva aproxima-se da arte da sobrevivência ao defender sistemas territoriais autossuficientes e adaptativos, capazes de reduzir a dependência de fluxos externos de energia e recursos (MOLLISON, 1988; HOLMGREN, 2002). A biofilia, por sua vez, acrescenta a dimensão cultural e psicológica da relação entre sociedade e natureza, destacando a importância da reconexão com sistemas naturais para a construção de ambientes habitáveis e resilientes (WILSON, 1984; BEATLEY, 2011).

Esses diálogos teóricos demonstram que a arte da sobrevivência não constitui apenas uma proposta isolada dentro do paisagismo, mas integra um conjunto mais amplo de abordagens voltadas à reorganização socioecológica dos territórios. A convergência entre esses campos reforça a centralidade da paisagem como infraestrutura ecológica e como base para a adaptação às mudanças climáticas no espaço antropizado. A partir dessa articulação, torna-se possível avançar para a formulação de um conceito mais abrangente e propositivo, no qual o paisagismo assume caráter transformador e estratégico. Esse desdobramento conduz à noção de Revolução Paisagística, que será apresentada no item seguinte como síntese operativa dessas convergências e como horizonte para a prática e o ensino do paisagismo frente à crise climática contemporânea.

6. REVOLUÇÃO PAISAGÍSTICA

Os antecedentes históricos do paisagismo ecológico, aliados à formulação da arte da sobrevivência e aos diálogos teóricos com a transição socioecológica, convergem para a necessidade de uma mudança mais ampla no papel do paisagismo. Se a arte da sobrevivência redefine o paisagismo como infraestrutura essencial para a adaptação às mudanças climáticas, a noção de Revolução Paisagística propõe ampliar essa perspectiva, compreendendo o

paisagismo como campo capaz de reorganizar o espaço antropizado e orientar novas formas de ocupação humana do território. Trata-se, portanto, de um deslocamento paradigmático no qual a paisagem deixa de ser componente residual do planejamento urbano e rural e passa a constituir o suporte estrutural da organização territorial.

A Revolução Paisagística parte do reconhecimento de que a crise climática e ambiental exige não apenas intervenções pontuais, mas uma reconfiguração sistêmica das formas de habitar. Nesse contexto, a paisagem assume papel central na reorganização do metabolismo territorial, integrando processos ecológicos, produção de alimentos, regulação climática e infraestrutura hídrica. O paisagismo passa a operar como disciplina capaz de articular diferentes escalas do espaço antropizado, do lote urbano aos sistemas regionais, promovendo soluções baseadas em processos naturais e reduzindo a dependência de infraestruturas energointensivas (FORMAN, 1995; MCHARG, 1969; YU, 2006).

Esse deslocamento implica compreender a paisagem como infraestrutura multifuncional, capaz de desempenhar simultaneamente funções ecológicas, sociais e produtivas. Áreas verdes deixam de ser tratadas como espaços decorativos e passam a integrar sistemas de drenagem natural, corredores ecológicos, paisagens produtivas e dispositivos de mitigação climática. A Revolução Paisagística propõe, assim, a substituição progressiva da infraestrutura cinza por infraestruturas ecológicas que operem com os ciclos naturais da água, da vegetação e do solo, ampliando a resiliência dos territórios frente às mudanças climáticas (MILLENNIUM ECOSYSTEM ASSESSMENT, 2005; HOLMGREN, 2002).

Outro aspecto central da Revolução Paisagística é a integração entre áreas urbanas e rurais no planejamento do espaço antropizado. A paisagem passa a ser concebida como continuidade ecológica e produtiva, articulando sistemas de espaços livres, áreas agrícolas, florestas urbanas e corredores ecológicos. Essa abordagem permite aproximar produção e consumo, reduzir fluxos metabólicos e promover maior autonomia territorial. Nesse sentido, o paisagismo deixa de atuar apenas na escala local e assume papel estratégico na organização regional, contribuindo para a construção de territórios resilientes e adaptativos.

A Revolução Paisagística também implica uma transformação cultural e disciplinar. O projeto paisagístico passa a ser entendido como instrumento de reorganização socioecológica, capaz de integrar saberes científicos, técnicos e tradicionais. A prática do paisagismo amplia-se para incluir planejamento ambiental, agroecologia, infraestrutura verde e soluções baseadas na natureza. Essa ampliação redefine o campo profissional e acadêmico, exigindo abordagens interdisciplinares e orientadas à adaptação climática.

Nesse sentido, a Revolução Paisagística pode ser compreendida como a transição do paisagismo enquanto prática estética ou complementar para o paisagismo enquanto estratégia civilizatória. Ao colocar a paisagem como base da ocupação humana do território, essa abordagem propõe reorganizar cidades e regiões a partir dos processos naturais, promovendo adaptação climática, regeneração ambiental e justiça socioecológica. A paisagem torna-se, assim, o suporte para a construção de sistemas habitáveis em um contexto de instabilidade climática.

A consolidação dessa perspectiva depende, contudo, da formação de profissionais capazes de

atuar nesse novo paradigma. Dessa forma, a Revolução Paisagística não se restringe à prática projetual, mas envolve também a transformação do ensino e da pesquisa em paisagismo, tema que será abordado na seção seguinte.

7. FORMAÇÃO E ENSINO

A consolidação da Revolução Paisagística depende da transformação dos processos de formação e ensino, uma vez que a mudança paradigmática proposta exige novos referenciais conceituais, metodológicos e práticos. Se a paisagem passa a ocupar papel central na organização do espaço antropizado e na adaptação às mudanças climáticas, torna-se necessário reformular os modelos educacionais para incorporar a dimensão paisagística desde a educação básica até a formação superior e a pesquisa avançada. A formação para a Revolução Paisagística implica, portanto, a construção de uma cultura territorial que reconheça a paisagem como infraestrutura ecológica e como base da habitabilidade.

Um primeiro eixo refere-se à introdução de práticas de jardinagem e agricultura nas escolas, como instrumentos pedagógicos para reconectar sociedade e natureza. Hortas escolares, jardins pedagógicos e experiências de manejo da vegetação permitem compreender ciclos ecológicos, processos hidrológicos e relações entre produção de alimentos e território. Essas práticas contribuem para formar uma consciência ambiental concreta, baseada na experiência direta com o solo, a água e a biodiversidade. Além disso, a jardinagem e a agricultura escolar promovem a compreensão da paisagem como sistema vivo e produtivo, superando a visão ornamental dos espaços verdes e introduzindo desde cedo a noção de infraestrutura ecológica.

Um segundo eixo diz respeito ao protagonismo do paisagismo e da dimensão paisagística nos cursos de graduação em áreas nas quais a paisagem é objeto de debate, ainda que de forma fragmentada. Arquitetura e urbanismo, planejamento urbano e regional, engenharia, ecologia, geografia e agronomia lidam diretamente com a organização do território e com processos ambientais, mas frequentemente tratam a paisagem de maneira secundária. A Revolução Paisagística exige que a dimensão paisagística seja incorporada como elemento estruturador desses campos, promovendo abordagens integradas entre infraestrutura ecológica, planejamento territorial e adaptação climática. O paisagismo, nesse sentido, atua como campo articulador capaz de conectar diferentes saberes e promover uma leitura sistêmica do espaço antropizado.

Um terceiro eixo refere-se à necessidade de criar e expandir, no contexto brasileiro, cursos específicos de formação em paisagismo e planejamento ambiental. Embora existam iniciativas consolidadas, a formação ainda é limitada frente à magnitude dos desafios climáticos e territoriais contemporâneos. A ampliação dessa formação permitiria consolidar o paisagismo como campo estratégico para o planejamento territorial, integrando escalas urbanas, rurais e regionais. Além disso, torna-se fundamental a criação de centros de estudos dedicados à paisagem, capazes de articular ensino, pesquisa e extensão em torno da infraestrutura ecológica, da transição socioecológica e da adaptação climática. Esses centros poderiam atuar como núcleos interdisciplinares, reunindo profissionais de diferentes áreas e desenvolvendo metodologias aplicadas ao planejamento do espaço antropizado.

A transformação da formação e do ensino constitui, portanto, condição essencial para a implementação da Revolução Paisagística. Ao incorporar a paisagem como eixo estruturador da educação e da prática profissional, torna-se possível formar agentes capazes de reorganizar o território a partir de processos ecológicos e de promover a adaptação às mudanças climáticas. Essa dimensão educativa reforça o caráter civilizatório da Revolução Paisagística e conduz às considerações finais deste ensaio, nas quais se sintetizam seus fundamentos e implicações para o planejamento contemporâneo.

8. PRINCÍPIOS

A Revolução Paisagística, entendida como deslocamento do paisagismo para o centro da organização do espaço antropizado e da adaptação às mudanças climáticas, pode ser estruturada a partir de um conjunto de princípios que emergem do diálogo entre a arte da sobrevivência, o planejamento ambiental e as abordagens da transição socioecológica. Esses princípios não constituem um corpo teórico único, mas resultam da convergência de diferentes autores que, ao longo das últimas décadas, contribuíram para redefinir a paisagem como infraestrutura ecológica e base da habitabilidade.

- Um primeiro princípio refere-se ao **trabalho com os processos naturais**, substituindo a lógica de controle rígido pela cooperação com a dinâmica ecológica. Essa abordagem foi sistematizada por Ian McHarg ao defender o planejamento territorial baseado nas aptidões naturais do território, articulando geologia, hidrologia, solo e vegetação como base para o projeto (MCHARG, 1969). De forma complementar, Gilles Clément propõe a valorização dos processos espontâneos da vegetação e da dinâmica evolutiva da paisagem, reforçando a ideia de que o projeto deve operar com sistemas vivos em transformação (CLÉMENT, 2004). Kongjian Yu aprofunda esse princípio ao propor a substituição de infraestruturas rígidas por sistemas ecológicos capazes de absorver perturbações ambientais (YU, 2006).
- Um segundo princípio corresponde à **paisagem como infraestrutura multifuncional**. Nesse sentido, a paisagem deixa de ser elemento ornamental e passa a desempenhar simultaneamente funções ecológicas, sociais e produtivas. Richard Forman contribui para essa compreensão ao analisar a paisagem como mosaico funcional composto por matrizes, corredores e manchas, estruturando fluxos ecológicos e processos territoriais (FORMAN, 1995). Anne Whiston Spirn e Michael Hough reforçam essa perspectiva ao tratar a natureza como infraestrutura essencial da cidade, capaz de regular o clima, a água e a biodiversidade (SPIRN, 1984; HOUGH, 1995).
- Um terceiro princípio refere-se à **integração entre áreas urbanas e rurais no espaço antropizado**. A Revolução Paisagística reconhece a continuidade ecológica e produtiva entre cidade e campo, aproximando produção e consumo e reduzindo fluxos metabólicos. Essa abordagem dialoga com a agroecologia, que propõe sistemas territoriais integrados e resilientes (ALTIERI, 1995; GLIESSMAN, 2015), e com a permacultura, que defende o desenho de paisagens produtivas baseadas em ciclos ecológicos e autossuficiência territorial (MOLLISON, 1988; HOLMGREN, 2002).
- Um quarto princípio consiste na **priorização de soluções baseadas na natureza**, capazes de substituir infraestruturas energointensivas por sistemas ecológicos. O

conceito de serviços ecossistêmicos, consolidado pelo Millennium Ecosystem Assessment, demonstra que ecossistemas naturais podem fornecer funções essenciais à habitabilidade humana, como regulação hídrica e climática (MILLENNIUM ECOSYSTEM ASSESSMENT, 2005). Kongjian Yu incorpora essa lógica ao propor sistemas de drenagem natural e cidades esponja como base da adaptação climática (YU; PADUA, 2013).

- Um quinto princípio refere-se à **redução da dependência de fluxos metabólicos externos**, reorganizando o território a partir da produção local e da circularidade dos recursos. Essa perspectiva dialoga com a ecologia política e a crítica ao metabolismo urbano-industrial, que evidenciam a insustentabilidade de cidades dependentes de fluxos intensivos de energia e materiais (HARVEY, 1996; MOORE, 2015). A paisagem produtiva passa, assim, a desempenhar papel central na construção de territórios mais autônomos e resilientes.
- Um sexto princípio corresponde à **adaptação climática como função estruturante da paisagem**. Nesse sentido, áreas verdes, sistemas hídricos e corredores ecológicos deixam de ser componentes secundários e passam a organizar a ocupação humana do território. A proposta da arte da sobrevivência de Kongjian Yu sintetiza essa abordagem ao tratar a paisagem como infraestrutura essencial para absorver riscos ambientais e garantir a habitabilidade (YU, 2006).
- Por fim, a Revolução Paisagística incorpora o princípio da **reconexão cultural entre sociedade e natureza**, destacando a dimensão sensível e experiencial da paisagem. A hipótese da biofilia, formulada por Edward O. Wilson, sugere que a relação com sistemas naturais é fundamental para o bem-estar humano e para a construção de ambientes habitáveis (WILSON, 1984). Essa dimensão reforça o papel do paisagismo na construção de territórios não apenas resilientes, mas também socialmente apropriáveis e culturalmente significativos.

Esses princípios estruturam a Revolução Paisagística como abordagem integrada que articula processos ecológicos, adaptação climática e reorganização territorial. Ao colocar a paisagem como base da ocupação humana do espaço antropizado, esses fundamentos consolidam o paisagismo como disciplina estratégica para enfrentar a crise socioambiental contemporânea.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente ensaio buscou discutir os fundamentos do paisagismo contemporâneo a partir da convergência entre crise climática, degradação ambiental e insustentabilidade urbana, propondo a paisagem como elemento estruturador da ocupação humana do espaço antropizado. Ao longo do texto, argumentou-se que o paisagismo vem passando por um deslocamento conceitual significativo, deixando de ser compreendido como prática complementar ou estética para assumir papel estratégico na reorganização socioecológica dos territórios. Esse deslocamento foi analisado por meio da reconstrução de seus antecedentes históricos, da incorporação da noção de arte da sobrevivência e do diálogo com diferentes campos teóricos voltados à transição ecológica.

A análise evidenciou que a intensificação das crises contemporâneas exige superar o modelo

urbano-industrial baseado na separação entre sistemas naturais e formas de ocupação humana. Nesse contexto, a paisagem emerge como infraestrutura ecológica capaz de articular regulação climática, produção socioecológica, conservação da biodiversidade e organização territorial. Ao integrar processos naturais e atividades humanas, o paisagismo passa a operar como instrumento de reorganização do metabolismo territorial, reduzindo a dependência de fluxos externos de energia e recursos e ampliando a resiliência frente às mudanças climáticas.

A noção de arte da sobrevivência, inspirada nas contribuições de Kongjian Yu, permitiu compreender o paisagismo como prática orientada à habitabilidade do espaço antropizado, tanto em áreas urbanas quanto rurais. Essa abordagem enfatiza soluções baseadas em processos naturais, a multifuncionalidade da paisagem e a integração entre infraestrutura ecológica e uso social do território. Ao dialogar com campos como ecologia política, permacultura, planejamento ambiental e soluções baseadas na natureza, o ensaio demonstrou que o paisagismo integra um conjunto mais amplo de perspectivas voltadas à reorganização socioecológica dos territórios.

A partir dessas convergências, foi proposta a ideia de uma Revolução Paisagística, entendida como mudança paradigmática na qual a paisagem passa a estruturar a ocupação humana do território. Essa perspectiva amplia o campo do paisagismo para além do desenho de espaços verdes, incorporando planejamento territorial, produção de alimentos, infraestrutura hídrica e adaptação climática. Tal transformação implica reconhecer o paisagismo como disciplina transescalar, capaz de atuar do jardim ao território e de conectar intervenções locais a estratégias regionais.

Nesse sentido, a formação e o ensino do paisagismo assumem papel central na consolidação desse paradigma. A incorporação da dimensão paisagística na educação básica, o fortalecimento do paisagismo em cursos de arquitetura e áreas afins e a expansão de formações específicas em paisagismo e planejamento ambiental configuram condições fundamentais para ampliar a capacidade de resposta às mudanças climáticas. A construção de centros de estudos dedicados à paisagem e a articulação entre ensino, pesquisa e extensão aparecem, assim, como estratégias para consolidar o campo e ampliar sua relevância social.

Por fim, este ensaio não pretende oferecer uma formulação conclusiva, mas contribuir para o debate teórico sobre o papel do paisagismo frente à crise socioambiental contemporânea. Ao propor o paisagismo como arte de sobrevivência e como base para uma reorganização territorial orientada por processos ecológicos, o texto busca reforçar a centralidade da paisagem na construção de territórios mais resilientes, adaptativos e socialmente justos. Nesse horizonte, o paisagismo apresenta-se não apenas como disciplina projetual, mas como campo estratégico para repensar as formas de habitar e reorganizar o espaço antropizado diante dos desafios climáticos do século XXI.

10. REFERÊNCIAS

ALTIERI, Miguel A. **Agroecology: The Science of Sustainable Agriculture.** Boulder: Westview Press, 1995.

BEATLEY, Timothy. **Biophilic Cities: Integrating Nature into Urban Design and Planning**. Washington: Island Press, 2011.

CARDIM, Ricardo. **Paisagismo sustentável para o Brasil**. São Paulo: Olhares, 2022.

CHACEL, Fernando. **Paisagismo e Ecogênese**. Rio de Janeiro: FRAU, 2004.

CLÉMENT, Gilles. **Manifeste du Tiers Paysage**. Paris: Edítions Sujet/Objet, 2004

ESCOBAR, Arturo. **Designs for the Pluriverse: Radical Interdependence, Autonomy, and the Making of Worlds**. Durham: Duke University Press, 2018.

FORMAN, Richard T. T. **Land Mosaics: The Ecology of Landscapes and Regions.** Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

FOSTER, John Bellamy. **Marx's Ecology: Materialism and Nature**. New York: Monthly Review Press, 2000.

GIRARDET, Herbert. **Creating Sustainable Cities**. Totnes: Green Books, 1999.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecology: The Ecology of Sustainable Food Systems**. 3. ed. Boca Raton: CRC Press, 2015.

HARVEY, David. **Justice, Nature and the Geography of Difference**. Oxford: Blackwell, 1996.

HOLMGREN, David. **Permaculture: Principles and Pathways Beyond Sustainability**. Hepburn: Holmgren Design Services, 2002.

HOUGH, Michael. **Cities and Natural Process.** London: Routledge, 1995.

IPCC. ***Climate Change 2022: Impacts, Adaptation and Vulnerability.*** Cambridge: Cambridge University Press, 2022.

IUCN. **Nature-based Solutions to address global societal challenges**. Gland: IUCN, 2016.

LATOUCHE, Serge. **Farewell to Growth**. Cambridge: Polity Press, 2009.

MCHARG, Ian L. **Design with Nature**. Garden City: Natural History Press, 1969.

MILLENNIUM ECOSYSTEM ASSESSMENT. **Ecosystems and Human Well-being**. Washington: Island Press, 2005.

MOLLISON, Bill. **Permaculture: A Designer's Manual**. Tyalgum: Tagari Publications, 1988.

MOORE, Jason W. **Capitalism in the Web of Life.** London: Verso, 2015.

ROCKSTRÖM, Johan et al. A safe operating space for humanity. **Nature**, v. 461, p. 472–475, 2009.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço.** São Paulo: Edusp, 2006.

SPIRN, Anne Whiston. **The Granite Garden: Urban Nature and Human Design.** New York: Basic Books, 1984.

SWYNGEDOUW, Erik. Metabolic urbanization. In: HEYNEN, Nik; KAIKA, Maria; SWYNGEDOUW, Erik (org.). **In the Nature of Cities**. London: Routledge, 2006.

TABACOW, José. **Roberto Burle Marx: Arte e paisagem**. São Paulo: Studio Nobel, 2004.

TARDIN, Raquel. **Espaços livres: sistema e projeto territorial**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008.

WILSON, Edward O. **Biophilia**. Cambridge: Harvard University Press, 1984.

YU, Kongjian. ***T*he Art of Survival: Recovering Landscape Architecture**. Basel: Birkhäuser, 2006.

TURENSCAPE. **Kongjian Yu "Sponge City" Theory and Practice with His Team.** [S. l.]: Turenscape, [s. d.]. Disponível em: https://www.turenscape.com/topic/en/spongecity/index.html. Acesso em: 30 mar. 2026.